



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**  
**SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**  
*Certificado de Auditoria, Prestação de Contas, Exercício de 2010*



## **CERTIFICADO DE AUDITORIA**

Foram analisados os documentos que instruem este processo de Prestação de Contas e os registros correspondentes nos sistemas informatizados utilizados neste TRT. As peças que o integram foram elaboradas em conformidade com a IN TCU nº 63/2010, a DN TCU n.º 107/2010 e a DN TCU n.º 110/2010.

Visando verificar a regularidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, operacional e contábil do Tribunal Regional do Trabalho da 7.ª Região, realizaram-se, no exercício de 2010, ações de controle prévias, concomitantes e *a posteriori*. Verificou-se o efetivo cumprimento das normas legais, das exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal e a observância adequada aos princípios da publicidade, da legalidade e da eficiência.

De outra parte, a autenticidade e a veracidade dos documentos colacionados aos autos também foram objeto de avaliação, concluindo-se positivamente.

Em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 5º da IN TCU nº 5/1994, vigente no exercício de 2010, e ao contido nos artigos 6º e 10 da nova IN TCU nº 67/2011, foi fiscalizado o cumprimento da obrigação de entrega das Declarações de Bens e Rendias, conforme estabelecido pela Lei nº 8.730/1993; no que concerne à obrigação de entrega de “declaração de bens e valores” que integram o patrimônio de quaisquer servidores públicos, respaldada pela Lei n.º 8.429/1992, regulamentada pelo Decreto nº 5.483/2005, em ação de controle desta Secretaria, realizada no exercício de 2010, foi constatado o descumprimento por parte do Tribunal e recomendada a adoção de providências para sua satisfação, o que foi acatado pela Presidência (vide recomendação ordem nº 8, do Quadro 2 do subitem 2.2. do Relatório de Auditoria de Gestão do Gabinete).

As falhas e impropriedades listadas no relatório de auditoria de gestão estão em fase de saneamento, ou já foram sanadas, com exceção da constatada no Processo p.g. nº 36.831/2008-0, quanto ao qual, não atendidas satisfatoriamente as recomendações emitidas nos Pronunciamentos SCGAP/SCI nºs 16 e 67/2010, concluiu-se, em 2011, pela irregularidade do procedimento (Pronunciamento SCGAP/SCI nº 3/2011); essa constatação, porém, como bem ressaltado pela SCGAP, não se mostra relevante o suficiente para ressaltar as contas da gestão, especialmente em se constatando a ausência de indícios de má-fé e de proveito indevido e do uso adequado do imóvel locado para o fim almejado, em proveito à comunidade jurisdicionada do Município de Aracati e entorno.

Assim, em conformidade com o Relatório de Auditoria de Gestão, integrado pelos relatórios seccionais da SCGAP, da SCGP e da SCGOF, e pelo relatório do Gabinete, esta Secretaria de Controle Interno manifesta-se pela **regularidade** das contas do TRT – 7ª Região, referentes ao período de 1º/1/2010 a 31/12/2010.

Fortaleza (CE), 27 de julho de 2011.

Ana Paula Borges de Araújo Zaupa  
**Secretária de Controle Interno**